



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Como é que a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça vai reforçar a divulgação dos conhecimentos jurídicos relacionados com a vida da população?

Há dias, ocorreu um grave incêndio em Tai Po, em Hong Kong, região vizinha de Macau, do qual resultaram mortos e feridos graves. Face à morte repentina dos familiares, as famílias ainda têm de suportar a dor de tratar dos assuntos relacionados com o seu óbito. Assim, como resolver, de forma mais clara e conveniente, as formalidades de sucessão é, de facto, um tema importante neste momento.

Nos últimos anos, o Governo da RAEM tem optimizado, de forma contínua, os procedimentos de registo civil relativos ao nascimento, à criação, à morte e à inumação dos residentes, regulamentando e promovendo a interligação e interconexão de dados entre os serviços públicos, incluindo a atribuição de competências aos notários para a celebração do casamento, a digitalização do pedido de casamento e, também, a electrónica do processo de registo de nascimento e óbito. A Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça (DSAL) também aproveita as plataformas sociais mais utilizadas pelos residentes para divulgar infografias, com vista a facilitar o seu acesso às respectivas informações, elevando a eficiência administrativa e facilitando o tratamento das formalidades pelos residentes, o que



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

merece o nosso reconhecimento.

No entanto, as actuais acções de divulgação jurídica, sobretudo no que respeita aos assuntos relacionados com a vida da população que ocorrem com alta frequência, tais como habilitação notarial de herdeiros e a sucessão, continuam a apresentar diversos problemas, por exemplo, há falta de precisão, a sua forma não é diversificada e a sua cobertura é limitada. Muitos residentes pouco sabem sobre as condições, as tramitações, os documentos necessários e a forma de pedido de emissão da segunda via dos documentos em falta, e alguns deles até, por estarem confusos, têm de despender elevadas despesas com a contratação de advogado para o efeito. Isto não só afecta a eficiência, como também pode resultar em eventuais conflitos familiares. Neste sentido, a sociedade necessita, de facto, de instruções jurídicas mais sistematizadas, compreensíveis, vivas e com exemplos de casos concretos.

Atualmente, em Macau, a sucessão pode ser tratada através de escritura pública de habilitação notarial de herdeiros emitida no cartório notarial, ou de interposição de processo de inventário no tribunal, sendo que a escolha depende de diversos factores, por exemplo, se estão reunidos todos os documentos necessários, ou se há litígios sobre o caso. Se estiverem reunidos todos os documentos necessários e não houver litígios, a sucessão pode, em geral, ser tratada no cartório notarial; mas, se os documentos forem insuficientes ou se estiverem em causa menores, deve ser tratada pelo Tribunal Judicial de Base.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Para promover a eficácia dos serviços jurídicos relacionados com a vida da população, elevar o sentimento de satisfação dos residentes no que respeita ao Estado de Direito, colmatar a lacuna nos serviços jurídicos, e promover a defesa dos direitos e a harmonia social, interpelo sobre o seguinte:

1. Quanto aos assuntos jurídicos relacionados com a vida da população que ocorrem com alta frequência, tais como habilitação notarial de herdeiros, o Governo deve elaborar materiais de divulgação padronizados e vulgares (por exemplo, fluxograma, manual de perguntas e respostas, vídeo de divulgação, etc.), para, através de acções de divulgação dinâmicas, orientar os residentes para planearem, com antecedência, as heranças, evitando os conflitos resultantes da sucessão. Vai fazê-lo?

2. No futuro, vai o Governo alargar o âmbito de cobertura de acções de divulgação *online* e *offline* (por exemplo, Centros de Serviços da RAEM, sessões de esclarecimento nos bairros comunitários, centros de idosos, cooperação com associações, etc.), a fim de garantir a obtenção conveniente dos respectivos conhecimentos por parte de diferentes grupos de pessoas?

3. Para além dos conhecimentos jurídicos sobre a sucessão, em relação a outros



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

relacionados com a vida da população, tais como o casamento, a família, os direitos e interesses patrimoniais e a protecção laboral, o Governo deve, de acordo com as necessidades das diferentes faixas etárias (por exemplo, idosos, famílias jovens e jovens trabalhadores), definir um plano de acções de divulgação anual e sistemático, conceber e realizar, de forma precisa, actividades de generalização jurídica destinadas a diferentes grupos de pessoas, com vista a elevar a qualidade global do Estado de Direito. Como é que o vai fazer?

12 de Dezembro de 2025

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

Chao Ka Chon